



VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VII SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
VI CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

FLUXOS MIGRATÓRIOS E POLÍTICAS SOCIAIS

Alteridades na infância e adolescência migrante na contemporaneidade

Anna Clara Camargo Santos¹

Luisa Scalise de Almeida²

Luciane Pinho de Almeida³

Resumo: Este estudo analisa a migração infantojuvenil contemporânea, frequentemente invisibilizada pelo viés adultocêntrico. O objetivo é compreender as complexidades e vulnerabilidades sociais enfrentadas por esses sujeitos, muitas vezes negligenciados por políticas públicas. A metodologia fundamenta-se na Psicologia Sócio-Histórica e no materialismo histórico-dialético, com pesquisas realizadas em Casas de Acolhimento em Campo Grande/MS. Os resultados indicam que a interseccionalidade de vulnerabilidades, rupturas familiares e barreiras pedagógicas compromete o desenvolvimento psíquico dos jovens. Conclui-se ser urgente o fortalecimento de redes institucionais e políticas intersetoriais que garantam o acolhimento e a dignidade dessa população.

Palavras-chave: Migração Infantojuvenil; Políticas Públicas; Casas de Acolhimento; Psicologia Sócio-Histórica; Vulnerabilidades.

Abstract: This study analyzes contemporary child and adolescent migration, often obscured by adult-centric perspectives. It aims to understand the social vulnerabilities and complexities faced by these individuals, who are frequently neglected by public policies. The methodology is based on Socio-Historical Psychology and dialectical historical materialism, featuring research conducted at shelters in Campo Grande/MS. Results indicate that intersecting vulnerabilities, family disruptions, and pedagogical barriers compromise psychological development. It concludes that strengthening institutional networks and intersectoral policies is urgent to ensure the protection and dignity of this population.

Keywords: Child and Adolescent Migration; Public Policies; Shelters; Socio-Historical Psychology; Vulnerabilities.

¹ Acadêmica do 9º semestre de psicologia da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Bolsista Fundect do Programa de Iniciação Científica da UCDB. E-mail: aclaracamargos@gmail.com

² Estudante de pós-graduação no Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco - UCDB. Bolsista CAPES. Psicóloga. E-mail: luisa.11almeida@gmail.com

³ Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela UNESP/Campus Franca. Pós-Doutora em Direitos Humanos – Universidade de Salamanca/Espanha. Professora do Programa Stricto Sensu em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Campo Grande – MS. luciane@ucdb.br.



1. INTRODUÇÃO

Os movimentos migratórios contemporâneos têm se intensificado nas últimas décadas, assumindo novas configurações e revelando profundas desigualdades econômicas, políticas e sociais que marcam o capitalismo global. Segundo Leite, Giavarotti e Ribeiro (2022) os diferentes fluxos migratórios não se configuram como fenômenos isolados, mas como expressões diretamente vinculadas aos modos de organização e reprodução do sistema capitalista em escala global.

No Brasil, especialmente a partir de sua primeira década, observa-se um aumento expressivo da migração sul-sul, composta majoritariamente por sujeitos oriundos de países latino-americanos, africanos e caribenhos, cujos deslocamentos são atravessados por crises econômicas, instabilidades políticas, conflitos sociais e precarização das condições de vida (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2023).

Dessa maneira, diariamente, um contingente expressivo de indivíduos é compelido a abandonar seus territórios de origem em direção à construção de novas possibilidades de existência (Lauríola, 2025). Embora o ordenamento jurídico brasileiro reconheça migrantes e refugiados como sujeitos de direitos, a materialidade da recepção revela práticas marcadas pela fragmentação, pela precariedade e pela reprodução de desigualdades, afetando de modo ainda mais intenso grupos socialmente vulnerabilizados.

Inseridas nesse contexto, crianças e adolescentes migrantes constituem parcela significativa desses deslocamentos, especialmente nos fluxos forçados, mas permanecem historicamente marginalizados nos estudos migratórios e nas políticas públicas. Apesar de serem legalmente reconhecidos como pessoas em desenvolvimento e sujeitos de direitos, crianças e adolescentes em contexto migratório enfrentam rupturas territoriais, fragilização de vínculos, violências simbólicas e materiais, além de entraves burocráticos que limitam o acesso a direitos fundamentais.

Portanto, torna-se imprescindível reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos sociais, conferindo centralidade às suas trajetórias, vivências e posicionamentos, especialmente nos processos de elaboração e implementação de políticas públicas (Lauríola, 2025). Pois, em concordância com Lauríola (2025, p. 284), “Não é possível proteger plenamente as crianças se lhes é negado o direito à participação, logo, participação, proteção e provisão são indissociáveis”.

Diante desse cenário, torna-se fundamental produzir conhecimentos que considerem a infância e a adolescência migrante a partir de suas próprias perspectivas, reconhecendo-as como sujeitos ativos na construção de sentidos sobre suas trajetórias. Nesse sentido, abordagens metodológicas participativas e qualitativas assumem especial relevância, sobretudo quando mediadas por práticas expressivas, como a arte, que possibilitam a elaboração simbólica das experiências vividas e a expressão de afetos nem sempre acessíveis por vias discursivas tradicionais.



À luz da Psicologia Sócio-histórica, a arte, como atividade criadora, articula dimensões cognitivas e afetivas, possibilitando a reorganização, ressignificação das emoções por meio da imaginação e da criação estética e constitui um processo fundamental de transformação dos afetos em produções qualitativamente novas, uma vez que o ato artístico se configura como um gesto criador que ultrapassa operações estritamente conscientes, materializando, de forma objetiva, conteúdos subjetivos da experiência humana (Faria; Camargo, 2021; Maheirie *et. al.*, 2015; Vigotski, 1999).

Assim, este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa desenvolvida junto a crianças e adolescentes migrantes em instituições de acolhimento, vinculada ao projeto “Entre Flores, Espelhos e Faces Desiguais: a dialética da força feminina nos deslocamentos humanos”. O estudo busca compreender, por meio da mediação artística, como essas crianças elaboram suas experiências migratórias, revelando memórias, afetos e vulnerabilidades que atravessam suas trajetórias.

Ao dar visibilidade às vozes infantis, pretende-se contribuir para o fortalecimento do debate crítico sobre migração, infância e políticas públicas, evidenciando a necessidade de práticas de acolhimento que reconheçam crianças e adolescentes migrantes como sujeitos de direitos, produto e produtor de história.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Migrações sul-sul e capitalismo contemporâneo

Os movimentos migratórios contemporâneos não podem ser compreendidos de forma dissociada das dinâmicas do capitalismo global, marcado pela intensificação das desigualdades sociais, pela precarização do trabalho e pela concentração de riqueza. Esses contextos, marcados por conflitos armados, crises ambientais, desapropriações territoriais e políticas de privatização, produzem deslocamentos que extrapolam o plano geográfico, afetando também as condições sociais de existência dos sujeitos, contribuindo para a intensificação de novas rotas migratórias e para a deterioração das condições de vida e trabalho, fenômeno que se manifesta inclusive em países centrais do capitalismo contemporâneo (Leite; Giavarotti; Ribeiro, 2022).

Na dinâmica contemporânea do capitalismo, distintos processos estruturais articulam-se de maneira interdependente. Conforme apontam Faro Júnior e Bellenzani (2024), o avanço do neoliberalismo, associado à reconfiguração das relações de trabalho e à intensificação da financeirização, formam um conjunto de transformações que se consolidam a partir da segunda metade da década de 1970. O neoliberalismo, nesse contexto, pode ser compreendido como um rearranjo político-institucional marcado pela retração do papel do Estado no âmbito social e pelo enfraquecimento das bases do Estado de Bem-Estar Social, resultando na redução de investimentos públicos e na fragilização das políticas sociais (Faro Júnior; Bellenzani, 2024).

De forma articulada, a reestruturação produtiva expressa a intensificação da precarização das condições de trabalho, enquanto a financeirização do capital se



caracteriza pela centralidade das operações financeiras na dinâmica econômica, subordinando a produção material, a geração de empregos e a produção de valores de uso à lógica especulativa (Faro Júnior; Bellenzani, 2024).

Nesse cenário, sob a hegemonia neoliberal, observa-se a flexibilização e o enfraquecimento dos direitos trabalhistas em função das demandas do capital, os trabalhadores migrantes, especialmente nos fluxos sul-sul, inserem-se de forma precária no mercado de trabalho, compondo uma força laboral marcada pela instabilidade, pela ausência de garantias formais e pela elevada vulnerabilidade às dinâmicas do capital (Della Santa; Lima, 2025).

De acordo com Della Santa e Lima (2025), os deslocamentos humanos integram de forma permanente as estratégias construídas pelos seres humanos para assegurar a continuidade da vida, sendo motivados pela necessidade de garantir meios materiais, simbólicos e sociais para a existência, assumindo, contudo, configurações particulares conforme as determinações econômicas, políticas e sociais próprias de cada momento histórico.

Dessa maneira, a migração deixa de ser entendida apenas como escolha individual e passa a ser analisada como expressão das contradições estruturais do sistema capitalista, que produz deslocamentos forçados e condições de vida cada vez mais instáveis para amplas parcelas da população mundial. Frente a essa conjuntura social e histórica, observa-se uma ampliação significativa dos fluxos migratórios internacionais, com especial incidência no contexto latino-americano e, de modo particular, no Brasil (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2024).

A intensificação da migração sul-sul, marcada pela chegada de pessoas provenientes de países como Venezuela, Bolívia, Haiti, entre outros, tem provocado uma reconfiguração do debate público e acadêmico acerca da imigração e do refúgio no país, exigindo novas leituras e abordagens sobre o fenômeno migratório no cenário nacional contemporâneo (Cavalcanti; Oliveira; Silva, 2024).

Assim, a migração sul-sul, quando analisada a partir de uma perspectiva crítica, evidencia não apenas os deslocamentos geográficos, mas também os deslocamentos de direitos, de pertencimento e de reconhecimento social. Inseridas nesse contexto, as crianças e adolescentes migrantes tornam-se sujeitos atravessados por múltiplas desigualdades, cuja proteção depende diretamente da forma como o Estado e as políticas sociais respondem, ou deixam de responder, às demandas impostas por esses movimentos contemporâneos.

A heterogeneidade dos fluxos migratórios sul-sul reflete como se dá a configuração espacial e geopolítica atual do Brasil, enquanto um país receptor que está cada vez mais recebendo migrantes transnacionais do Sul Global, como temos comentado. Esse contexto articula com a reestruturação do que entende-se como produção dentro do sistema capitalista, caracterizando a mobilidade da força de



trabalho entre países do Sul global. (Baeninger, *et al*, 2021)

A globalização contemporânea estabeleceu um cenário profundamente contraditório onde, de um lado, existe fluidez econômica. Capitais, dados e mercadorias atravessam e ignoram fronteiras, tornando-se linhas imaginárias e facilitando um fluxo constante que proporciona uma "desterritorialização". Enquanto o dinheiro circula livremente, no entanto, os seres humanos encontram barreiras cada vez mais rígidas, evidenciando como esse processo global é seletivo (Santo, 2022; Almeida, 2017).

Jarochhinski-Silva e Baeninger (2021) afirmam que, como resultado das restrições intensificadas por parte de países do Norte Global (países europeus e os Estados Unidos) para entrada de migrantes do Sul Global (países latinoamericanos, alguns países africanos e asiáticos), a mobilidade no Sul global começa a ser remodelada. A partir das medidas migratórias estabelecidas, nota-se a criação de diferentes deslocamentos para atender às demandas do sistema econômico internacional.

O incentivo para o deslocamento e o desejo de migrar torna-se uma dinâmica contemporânea, em decorrência das demandas de produção impostas pelo sistema capitalista. Ou seja, a seletividade sistemática à entrada de indivíduos no Norte Global evidencia um abismo crescente onde a liberdade de movimento tornou-se um artigo de luxo, restrito àqueles que o sistema considera "produtivos" ou "desejáveis", enquanto os migrantes em situação de vulnerabilidade enfrentam um mundo de muros reais e simbólicos.

Diante dessa realidade, é possível notar a reconstrução das áreas de fronteira em países do Sul Global, começando a existir espaços sociais nessas regiões fronteiriças. É sob a compreensão das mudanças do perfil das migrações internacionais, com o aumento expressivo de fluxos para o Brasil, que surge a necessidade de formulação de instrumentos que garantam os direitos fundamentais de migrantes de diferentes modalidades.

Essa realidade impulsionou a criação e reformulação de instrumentos legais que garantem os direitos da população migrante no Brasil, como a Nova Lei de Migração (Lei 13.445). Aprovada e sancionada no Brasil em 2017, a normativa buscou ressaltar ferramentas que reforçam a migração como um direito humano universal guiado pelos princípios da indivisibilidade e da interdependência com outros direitos essenciais. (Brasil, 2017)

Contudo, apesar dos avanços trazidos pela nova legislação, o trabalho de acolhida e assistência à população migrante no país ainda apresenta fragilidades por parte do governo brasileiro. O desafio para tal demanda evidencia-se na fragmentação da integração da população migrante no país, onde na maioria das



vezes cabe a instituições privadas da sociedade civil o papel de mediador para a inserção social desses indivíduos (Santos, 2022).

2.2. Migração infantojuvenil: aspectos da infância e da adolescência migrante

Existe uma tendência histórica da sociedade em conceber a infância e adolescência à vista das faixas etárias do indivíduo, ou seja, conforme o desenvolvimento das fases da vida. Klein (2009), afirma que é a partir desta compreensão que os grupos sociais determinam as condições de participação das pessoas nas funções sociais, e assim a idade passa representar um marco divisor para um sujeito produtivo, que pode trabalhar e gerar capital.

As profundas transformações por que passa a sociedade vão fazer com que não só se estabeleça firmemente uma distinção entre infância e idade adulta, como também a própria infância se divide, dando origem a outras fases de desenvolvimento. (Klein, 2009, p. 26).

Essa é uma visão naturalizante do desenvolvimento humano e das fases iniciais da vida, e tal perspectiva, apesar de que “[...] a infância como é compreendida hoje não existia antes do século XVI. [...] a infância é uma construção social, que surge a partir de mudanças nas atitudes da sociedade.”(Elhajji; Paraguassu, 2021, p. 401). A criança passa a ser compreendida como um sujeito de direitos na sociedade moderna, mas principalmente como alguém que se desenvolve, tem vivências únicas, e cria significados e memórias dentro das relações sociais do modo de produção capitalista (Alcubierre, 2017).

Ao mesmo tempo, nos últimos anos foi notável o aumento de crianças e adolescentes migrantes transnacionais chegando ao Brasil. Assim, compete à nós que esses jovens existem, se relacionam e, conseqüentemente, se desenvolvem dentro dos deslocamentos tal qual os adultos. Ou seja, os entraves em decurso de seu local de menoridade na sociedade passam a coexistir com as complexidades do processo migratório.

Dessa forma, quando em contexto migratório, Alcubierre (2017) lembra:

Tais relações são as *forças estruturais maiores* da nossa sociedade e entendemos que as migrações fazem parte desse processo generalizado de exploração do capital por meio do processo de produção e circulação de mercadorias, inclusive dos trabalhadores. (Alcubierre, 2017, p. 47)



A presença massiva de crianças e adolescentes nos deslocamentos, muitos desses forçados, e os poucos estudos que apontem as perspectivas desses indivíduos migrantes, nos permite interpretar uma não correspondência à centralidade necessária que a infância e adolescência têm, enquanto grupos que também vivenciam o fenômeno migratório, ou seja, quando a criança ou jovem vivência um deslocamento, seu lugar nas discussões migratórias se convergem às demandas da família, do mundo adulto produtivo, como se suas existências só fossem relevantes quando colocadas na construção do coletivo, assim tendo suas vivências desvalorizadas (Moura, 2023).

É no interior desses fluxos, nos quais crianças e adolescentes migrantes estão presentes, que acontece o processo de construção e produção de seu próprio conhecimento, significados e sentidos acerca do mundo ao seu redor. Assim, torna-se essencial compreender como as dificuldades enfrentadas durante os deslocamentos impactam nesses, ou seja, como os processos de ruptura com o território de origem, a separação ou fragilização dos vínculos familiares e a exposição a condições de vulnerabilidade social produzem efeitos que extrapolam a dimensão material da migração e atingem diretamente o seus aspectos subjetivos, afetivos e simbólicos.

Demartini (2021) lembra que, nos primeiros processos migratórios no Brasil, as crianças integravam os deslocamentos populacionais de forma pouco visibilizada, sendo majoritariamente concebidas como extensão da força de trabalho familiar ou como auxiliares em atividades produtivas compatíveis com sua idade, especialmente nos setores industrial e de serviços. Apenas nas primeiras décadas do século XX, observa-se uma ampliação do interesse institucional e acadêmico sobre a infância e juventude migrante, centrada sobretudo nas formas de inserção dessas populações no trabalho urbano, particularmente nas indústrias em expansão em cidades como São Paulo (Demartini, 2021).

Ainda hoje as crianças e adolescentes que migram para o Brasil enfrentam diversas invisibilidades. Crianças migrantes, além de vivenciarem traumas decorrentes do deslocamento forçado e da ruptura de vínculos familiares, enfrentam entraves burocráticos para o reconhecimento do refúgio, revelando uma atuação estatal marcada por ambivalência (Cantinho, 2018; Grajzer; Veronese; Schlindwein, 2021). Tal dinâmica resulta na invisibilização desses sujeitos e na insuficiência das políticas públicas destinadas à sua proteção (Lauriola; Hartmann; Fleischer, 2023).

Ainda, conforme Lauriola, Hartmann e Fleischer (2023), embora a temática das migrações infantis tenha ganhado crescente visibilidade em diferentes produções culturais e nos meios de comunicação, ainda são escassas as abordagens que privilegiam a perspectiva das próprias crianças migrantes, considerando suas trajetórias de deslocamento, os contextos que motivaram a migração, as experiências vivenciadas ao longo dos percursos migratórios, bem como os processos de acolhimento e inserção social nos territórios de destino.



2.3. Relatos e percepções de crianças e adolescentes migrantes latino-americanas em casa de passagem/acolhimento

Este trabalho apresenta resultados de pesquisas vinculadas ao projeto coletivo *“Entre Flores, Espelhos e Faces Desiguais: a dialética da força feminina nos deslocamentos humanos”*, financiado pela FUNDECT/MS desenvolvido por pesquisadoras em diferentes níveis de formação, graduação, mestrado, doutorado e docentes em 03 diferentes locais em Campo Grande-MS com mulheres, crianças e adolescentes migrantes/refugiados.

Todo o trabalho de campo do grupo possui caráter participativo e abordagem qualitativa, orientada à compreensão dos sentidos e significados atribuídos pelas participantes às suas experiências migratórias. Segundo Sabadini, Sampaio e Koller (2016), a pesquisa qualitativa caracteriza-se por uma abordagem de natureza participativa, orientada à descrição e interpretação de significados, com ênfase em análises não numéricas das observações. Esse tipo de investigação busca apreender explicações subjacentes e compreender as relações entre os fenômenos estudados, valendo-se de procedimentos como observação, participação em atividades, entrevistas, histórias de vida, entre outros (Sabadini; Sampaio; Koller, 2016).

Já a pesquisa participante fundamenta-se na cooperação entre pesquisadores e participantes, favorecendo vínculos de confiança, a circulação de saberes e a valorização da voz dos sujeitos, configurando-se como um dispositivo especialmente pertinente para a produção de conhecimento junto a grupos em contextos de desigualdade e vulnerabilidade social (Faermann, 2014).

As atividades com as crianças tiveram como eixo central a mediação pela arte, por meio de desenhos, pinturas, colagens e recortes, compreendida processo expressivo e simbólico. À luz da Psicologia Sócio-histórica, o ato de criar é entendido como elemento fundamental para a elaboração das vivências, sendo tão relevante quanto o resultado material produzido (Natividade; Coutinho; Zanella, 2008).

Os registros das atividades foram sistematizados em relatórios por encontro, reconhecendo-se como limitação a instabilidade da participação das crianças, decorrente da mobilidade própria dos fluxos migratórios e do desligamento frequente das instituições. Ainda assim, as ações configuraram-se como espaços de escuta, expressão e reconhecimento das experiências singulares das crianças migrantes, possibilitando a apreensão de memórias, afetos e significados relacionados às trajetórias de deslocamento.

Todas as atividades foram realizadas com autorização dos responsáveis legais, respeitando os preceitos éticos da pesquisa com crianças e estando o projeto



devidamente submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa⁴. Esse trabalho tem nos possibilitado estar mais perto da população migrante, principalmente das crianças e adolescentes, e, por meio do vínculo construído semanalmente, nos permite construir essa pesquisa junto deles, de maneira coletiva e sem hierarquias que impeçam ou dificultem a escuta atenta, compreensão e análise dessas vivências, muitas vezes silenciadas.

As atividades desenvolvidas, assim como os relatos das crianças e adolescentes, evidenciam que o deslocamento migratório mobiliza um amplo espectro de emoções. Para alguns, a migração é significada como possibilidade de melhoria das condições de vida, de acesso a direitos anteriormente negados e de recomeço, acompanhada do desejo de construir um novo projeto de vida no país de destino, seja junto aos familiares que migraram, seja ao encontro de parentes já estabelecidos. Entre os adolescentes, observa-se com frequência a expectativa de inserção precoce no mercado de trabalho, com o objetivo de contribuir financeiramente para o sustento familiar.

Em contrapartida, há crianças que manifestam o desejo de retorno ao país de origem. Nesse sentido, destaca-se o relato de uma menina venezuelana de oito anos, que migrou há algum tempo com o pai e a madrasta e expressou tristeza por estar no Brasil, afirmando o desejo de permanecer na Venezuela junto aos demais familiares. A criança relatou que a travessia ocorreu em um caminhão, em condições precárias, marcada pela convivência com muitas pessoas e pela experiência de fome ao longo do trajeto.

No contexto do acolhimento institucional, evidenciou-se grande dificuldade de adaptação, intensificada pela barreira linguística, que a levava, em muitos momentos, ao silêncio ou à desistência de se comunicar. Além disso, a ausência de alfabetização e a não inserção escolar naquele período agravavam tais dificuldades. Em uma das atividades propostas, a criança solicitou a uma das pesquisadoras auxílio para aprender a escrever e a falar em língua portuguesa, revelando, ao mesmo tempo, sua vulnerabilidade e o desejo de estabelecer formas de comunicação no novo contexto.

Como essa menina, diversas outras crianças e adolescentes migrantes enfrentam barreiras de todos os tipos. Assim, ao analisar o contexto de acolhimento oferecido pelo Estado brasileiro a migrantes e refugiados, constata-se que a violação dos direitos humanos não se restringe aos países de origem, reproduzindo-se também no território de destino, onde esse processo de desumanização se materializa na negação do direito à existência digna, inserindo migrantes e refugiados em uma condição de não pertencimento no contexto social brasileiro (Tourinho; Sotero, 2024).

Não é possível apresentar, neste espaço, a multiplicidade de narrativas produzidas por crianças e adolescentes ao longo das atividades desenvolvidas.

⁴ Projeto Aprovado sob o número CAAE- 79220123.9.0000.5162.



Contudo, os relatos compartilhados evidenciam, de forma recorrente, a insuficiência de políticas públicas efetivas voltadas a essa população, majoritariamente submetida a deslocamentos forçados em razão das desigualdades estruturais e das contradições inerentes ao sistema capitalista. Soma-se a esse cenário a escassez de espaços institucionais que reconheçam crianças e adolescentes migrantes como sujeitos de experiências legítimas, frequentemente desconsiderados sob a lógica da “improdutividade econômica”, o que restringe seu direito à escuta e à validação de suas vivências.

Desse modo, ainda que o ordenamento jurídico assegura às crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, independentemente de sua nacionalidade, as experiências concretas daqueles em situação de migração revelam a fragilidade e a baixa efetividade dos mecanismos de proteção destinados à infância e à adolescência (Della Santa; Lima, 2025).

3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os resultados desta pesquisa evidenciam que as experiências migratórias vivenciadas por crianças e adolescentes latino-americanos, especialmente no contexto das migrações sul-sul, são atravessadas por múltiplas dimensões de vulnerabilidade que extrapolam o deslocamento territorial. Tal descompasso expressa os limites da atuação estatal diante de uma organização social estruturada por desigualdades históricas e contradições próprias do modo de produção capitalista, nesse cenário, sujeitos legalmente compreendidos como pessoas em desenvolvimento têm suas trajetórias marcadas por experiências recorrentes de violência e negação de direitos, evidenciando a distância entre a normatividade legal e as condições concretas de existência garantidas pelo Estado (Della Santa; Lima, 2025).

As atividades desenvolvidas nas instituições de acolhimento revelaram que a migração impacta profundamente os aspectos subjetivos, afetivos e simbólicos da infância e da adolescência, mobilizando sentimentos ambíguos que oscilam entre expectativas de melhoria de vida e vivências de perda, ruptura e sofrimento.

As barreiras linguísticas, a descontinuidade escolar, a instabilidade dos vínculos e as condições precárias das trajetórias migratórias mostraram-se elementos centrais na intensificação das vulnerabilidades vividas por essas crianças. Tais fatores contribuem para processos de silenciamento e retraimento, dificultando a expressão de demandas, afetos e necessidades, ao mesmo tempo em que evidenciam a insuficiência de respostas estatais capazes de garantir proteção integral a esse público.

À luz da Psicologia Sócio-histórica, os resultados indicam que o processo criativo possibilita a externalização de vivências que, muitas vezes, não encontram espaço de escuta nos dispositivos institucionais tradicionais, configurando-se como ferramenta relevante tanto para a produção de conhecimento quanto para o fortalecimento subjetivo dos participantes. Na perspectiva vigotskiana, a arte, em suas múltiplas expressões,



instaura descontinuidades que possibilitam ao sujeito acessar vivências mais amplas e plurais, favorecendo a abertura para novas formas de existência e de relação com o mundo (Magiolino; Silva; Maheirie, 2024).

Diante do exposto, entendemos que a migração infantojuvenil não pode ser compreendida como um fenômeno acessório aos deslocamentos adultos, mas como uma experiência social específica, que demanda centralidade analítica, escuta qualificada e políticas públicas integradas. Torna-se imprescindível o fortalecimento de estratégias intersetoriais que articulem acolhimento, educação, saúde e assistência social, reconhecendo crianças e adolescentes migrantes como sujeitos de direitos, de saberes e de experiências legítimas. Nesse sentido, iniciativas que utilizam a arte como mediação mostram-se caminhos promissores para a promoção da visibilidade, do reconhecimento e da dignidade da infância e da adolescência em contextos migratórios.

4. REFERÊNCIAS

ALCUBIERRE, K. S. L. **Crianças migrantes**: sentidos e memórias da objetividade vivida. 2017. 285 p. Dissertação de mestrado — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BAENINGER, R. *et al.* Cenário das migrações internacionais no Brasil: antes e depois do início da pandemia de Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v. 4, p. 1-35, 2021. Disponível em: <https://rjtdh-prt15.mpt.mp.br/Revista-TDH/article/view/89>.

BRASIL. Lei nº 13445, de 24 de maio de 2017. Lei de Migração. **Diário Oficial da União**, 25 maio 2017. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/17696552>.

CANTINHO, I. Crianças-Migrantes no Brasil: vozes silenciadas e sujeitos desprotegidos. **O Social em Questão**, v 21, n.41, p. 155-176, mai/ago 2018

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, S. L. **Relatório Anual OBMigra 2023 - OBMigra 10 anos: Pesquisa, Dados e Contribuições para Políticas**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2023

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, S. L. **Relatório Anual OBMigra 2024**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2024.

DELLA SANTA, R. F. da S.; LIMA, F. R. B. Breve reflexão sobre crianças e adolescentes migrantes e/ou refugiados: contradições dos deslocamentos humanos na contemporaneidade. **Trayectorias Humanas Trascontinentales**, n. 19, p. 190-202, 2025. Disponível em: <https://www.unilim.fr/trahs/index.php?id=6791&lang=es>. Acesso em: 31 maio 2025.

ELHAJJI, M.; PARAGUASSU, F. Infância e estrangeiridade: duas alteridades, a mesma minoridade. **Zero-a-Seis**, v. 23, n. 43, p. 399-419, 12 mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e72762>. Acesso em: 8 fev. 2026.

FARIA, P. M. F. de; CAMARGO, D. de. A VIDA COMO CRIAÇÃO: EMOÇÃO E



ATIVIDADE CRIADORA EM VIGOTSKI.. In: **Anais da III Conferência de Teoria Histórico Cultural: Ciência Tecnologia e Sociedade**. Anais...Curitiba(PR) UTFPR, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/icdthctes2021/411558-A-VIDA-COMO-CRIACAO--EMOCAO-E-ATIVIDADE-CRIADORA-EM-VIGOTSKI>. Acesso em: 06 jan. 2026

FARO JR.; BELLENZANI R. Os impasses da sociedade contemporânea: Qual é o mundo que produz as crises migratórias e as suas respectivas políticas sociais?. IN: ALMEIDA, L. P. de; CARISSIMI, F. S. de O. (org.). **Expressões acadêmicas e diálogos sobre migração, refúgio e políticas sociais: interlocuções em Direitos Humanos**. São Paulo: Pimenta Cultural, UCDB, 2024, cap. 1, p. 26-43.

FAERMANN, L. A. A PESQUISA PARTICIPANTE: SUAS CONTRIBUIÇÕES NO ÂMBITO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS. **Revista Ciências Humanas**, Taubaté, v. 7, n. 1, 2014. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/121>. Acesso em: 29 dez. 2025.

GRAJZER, D. E.; VERONESE J. R. P.; SCHLINDWEIN L. M. A Proteção de Crianças Migrantes e Refugiadas: Desafios Contemporâneos. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. 43, p. 752-673, jan./jun. 2021.

JAROCHINSKI-SILVA, J. C; BAENINGER, R. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 29, n. 63, p. 123-139, set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006308>. Acesso em: 8 fev. 2026.

KLEIN, L. R. **O embate pelas leis fabris do século XIX e a definição das idades do trabalho** : um estudo sobre a constituição das noções de infância e adolescência. 2009. 101 p. Monografia (Bacharelado em Direito) — Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

LEITE, A. C. G.; GIAVAROTTI, D. M.; RIBEIRO, C. L. MIGRAÇÕES ENTRE AS NOVAS EXPULSÕES E O CONFINAMENTO DO CAPITALISMO EM RUÍNAS. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 23, n. 86, p. 01–15, 2022. DOI: 10.14393/RCG238657375. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/57375>. Acesso em: 30 maio. 2025.

LAURÍOLA, J. H. Como foi migrar para o Brasil? Narrativas audiovisuais de crianças venezuelanas que viviam em Pacaraima-RR durante a pandemia de Covid-19. In: HARTMANN, L.; GIRARDELLO, G.; ZANINI, M. C. C.; BEINEKE, V.; SHUÑA, R. del P. B. (org.). **Infâncias migrantes e refugiadas: acolher com arte e educação**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2025. p. 270-286. Disponível em: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-478-0.15. Acesso em: 13 jan. 2026.

MAGIOLINO, L. L. S.; SILVA, D. N. H.; MAHEIRIE, K.. EDUCAÇÃO ESTÉTICA. **Cadernos CEDES**, v. 44, n. 124, p. 263–267, set. 2024.

MAHEIRIE, K. et al. Imaginação e processos de criação na perspectiva histórico-cultural: análise de uma experiência. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 32, n. 1, p. 49–61, jan. 2015.

MOURA, G. D. P. A construção do "eu" infantil migrante. **Ideias**, v. 14, p. e023006, 9 out. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/ideias.v14i00.8671241>. Acesso em: 8 fev. 2026.

NATIVIDADE, M. R. da; COUTINHO, M. C.; ZANELLA, A. V. Desenho na pesquisa com crianças: análise na perspectiva histórico-cultural. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 9-18, jun. 2008. Disponível em



http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822008000100002&lng=pt&nrm=iso. acessos em 26 jun. 2024.

SABADINI, A. A. Z. P.; SAMPAIO, M. I. C.; KOLLER, S. H. **Publicar em Psicologia: um enfoque para a revista científica**. Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia, 2016. Disponível em: www.livrosabertos.abcd.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/16 . Acesso em 20 janeiro.

SANTOS, V. S. **Cooperação Sul-Sul e migrações Sul-Sul no Século XXI**: do Cotton-4 + Togo aos reflexos migratórios. 2022. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. doi:10.11606/D.101.2022.tde-29082022-163854.

TOURINHO, L. de O. S.; SOTERO, A. P. da S. MIGRAÇÃO INFANTIL NAS TRAVESSIAS CONTEMPORÂNEAS BRASILEIRAS: AS FACES DA VULNERABILIDADE SOCIAL NAS RACHADURAS DA INFÂNCIA PERDIDA . **Interfaces Científicas - Direito**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 154–166, 2024. DOI: 10.17564/2316-381X.2024v9n3p154-166. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/direito/article/view/12040>. Acesso em: 6 jul. 2025.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia da arte**. Tradução de: BEZERRA, P. São Paulo: Martins Fontes, 1999.